

**Comissão Eventual de Acompanhamento do Programa de Assistência
Económica e Financeira a Portugal**

14 de março de 2012

- Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças -

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

1. Avaliação do terceiro exame regular

No passado dia 28 de fevereiro foi concluído com sucesso o 3º exame regular do Programa de Ajustamento português pelo FMI, Comissão Europeia e BCE. A avaliação cobriu os três pilares do Programa: consolidação orçamental; estabilidade financeira e desalavancagem da economia; e transformação estrutural.

A missão avaliou o nosso Programa de Ajustamento como estando no bom caminho e que a generalidade das medidas previstas foi executada como planeado.

A missão confirmou o cumprimento dos critérios quantitativos vinculativos do Programa em 2011: défice orçamental e dívida pública. Foi também cumprido o critério indicativo de não acumulação de pagamentos atrasados externos. Quanto aos pagamentos internos em atraso, apesar de o critério indicativo não ter sido cumprido em Outubro e Novembro, no final do ano verificou-se uma redução dos mesmos para níveis inferiores aos de Setembro (redução de 300 milhões de euros).

Com a aprovação das conclusões da avaliação pelo Conselho de Administração do FMI e pelo Eurogrupo, será desembolsada a 4ª tranche do financiamento do Programa no montante de 14.9 mil milhões de euros (9.7 mil milhões da UE e 5.2 mil milhões do FMI). Este montante inclui 2 mil milhões para o fundo de recapitalização da banca. Após os quatro desembolsos teremos recebido cerca de 53 mil milhões de euros (cerca de 68% dos recursos financeiros totais previstos no Programa).

O ajustamento da economia portuguesa em 2011 foi bem-sucedido. Registámos avanços significativos na correção dos desequilíbrios orçamental e externo e reforçamos as condições de estabilidade do sistema financeiro. A agenda de transformação estrutural tem progredido a ritmo assinalável. Também, em 2011, se verificou uma contração da atividade económica inferior ao previsto. Ao mesmo tempo, e surpreendentemente, verificou-se um agravamento do desemprego superior ao esperado.

2. Progressos no ajustamento da economia em 2011

Ajustamento orçamental

Os objectivos de consolidação orçamental para 2011 foram cumpridos com sucesso. Em 2011, o défice das Administrações Públicas situou-se em cerca de 4,0% do PIB, substancialmente abaixo do limite de 5,9% do PIB do Programa. Apesar da importante contribuição da transferência parcial dos fundos de pensões da banca (na ordem de 3,5% do PIB), o défice estrutural reduziu-se em cerca de 4 p.p. do PIB e em mais de 5 p.p. do PIB se excluirmos a despesa com juros (saldo primário estrutural).

Para este resultado importa destacar o contributo da melhoria da execução orçamental no segundo semestre do ano. De facto, a evolução das contas trimestrais das Administrações Públicas revela que componentes importantes da despesa registaram uma aceleração da sua redução (caso das despesas com o pessoal e subsídios) ou mesmo uma inversão do comportamento do início do ano (consumos intermédios). Este melhor comportamento da execução orçamental reforça a nossa confiança para 2012.

Um aspecto importante a destacar é que a consolidação foi conseguida em paralelo com uma contração da atividade económica em 2011 substancialmente menor do que a prevista inicialmente no Programa. De acordo com os dados mais recentes do INE divulgados na passada 6^a feira, o PIB diminuiu 1.6% em 2011, o que compara com 2.2% inicialmente previstos no Programa, o que denota que os receios iniciais de uma recessão mais profunda não se concretizaram.

Ajustamento do desequilíbrio externo

Este comportamento deveu-se sobretudo a um melhor desempenho das nossas contas externas. As exportações de bens e serviços cresceram a ritmo elevado (variação de 7.4% em 2011), tendo as empresas portuguesas ganho quota nos mercados externos. Por seu turno, as importações totais diminuíram 5.5%. O saldo da balança de bens e serviços passou de -7.2% do PIB em 2010 para -3.9% em 2011.

Esta evolução contribuiu para a queda do défice da balança de transações correntes, numa óptica de contas nacionais, de 9.7% do PIB em 2010 para 6.5% em 2011. De acordo com o inicialmente previsto no programa, apenas em 2012 o défice da balança das transações correntes atingiria um valor desta ordem de grandeza (6.7% do PIB).

Estes desenvolvimentos são semelhantes ao verificado no quadro dos dois programas de ajustamento anteriores com o FMI (1977-78 e 1983-85), em que a economia portuguesa surpreendeu na sua capacidade de ajustamento do desequilíbrio externo. Estamos assim, no bom caminho.

3. Perspectivas para 2012

Perspectivas económicas

As perspectivas para 2012 confirmam a continuação do ritmo ajustamento. O Ministério das Finanças reviu recentemente em baixa as previsões para o PIB em Portugal em 2012, refletindo a deterioração das perspectivas para a atividade económica na Europa e no resto do mundo. As previsões atuais apontam para uma contração média anual da atividade económica em 2012 de 3.3%, o que representa uma revisão de -0.3 p.p. face ao cenário macroeconómico aquando da 2ª avaliação regular do Programa. Quando apresentei estes resultados na conferência de imprensa do passado dia 28 de fevereiro, destaquei que esta revisão era muito inferior à da média da área do euro e que se devia essencialmente a factores externos.

É, no entanto, importante ter em conta que esta previsão constitui um cenário central rodeado de significativos riscos e incertezas. Em particular, não se pode de todo ignorar que estamos perante um ajustamento sem precedente na história recente do país pelo que é necessário acompanhar de perto os resultados económicos.

Existe uma preocupação central: a evolução do desemprego. O desemprego tem vindo a aumentar e encontra-se em níveis mais elevados do que o inicialmente previsto. Parte deste aumento é cíclico, i.e., resulta da deterioração da atividade económica que foi particularmente acentuada

mas, como está previsto, deverá gradualmente melhorar ao longo de 2012 devendo o desemprego reagir com atraso. Adicionalmente, é sabido que processos de transformação estrutural e flexibilização da economia só têm efeitos a médio prazo. Deveremos dar tempo a que estas reformas comecem a dar resultado. De qualquer forma, o aumento do desemprego, em particular do desemprego de longa duração e dos jovens, são factores de preocupação que merecem a nossa atenção.

Perspectivas orçamentais

De acordo com o cenário macroeconómico que decorre deste exame do programa, o objectivo para o défice em 2012 de 4,5% do PIB será atingido como previsto. Este objectivo corresponde a uma correção estrutural adicional de mais de 4 p.p. do PIB. Se excluirmos o pagamento de juros a correção é de cerca de 5 p.p do PIB, estimando-se que se atinja um excedente primário estrutural na ordem de 1% do PIB em 2012.

Até final de Março será apresentado um orçamento rectificativo, para ter em conta, entre outras, as implicações da operação de fundos de pensões, o programa da Madeira, o reforço de verbas para a saúde, e a contribuição portuguesa para o Mecanismo de Estabilização Europeu. O aumento de despesa em certas rubricas será compensado com poupanças noutras.

No quarto exame regular que se iniciará no mês de Maio, as questões orçamentais serão prioritárias.

O Ministério das Finanças tem reforçado os procedimentos de execução e controlo orçamentais com ênfase no controle da despesa. Na quarta avaliação, devermos estar em condições de demonstrar que a execução orçamental para 2012 está de acordo com o previsto e que o novo sistema

de controle de compromissos é eficaz a assegurar a não acumulação de pagamentos em atraso.

Na quarta avaliação iremos discutir as perspectivas orçamentais de médio prazo. Iremos publicar em Abril um novo documento de estratégia orçamental para um horizonte de quatro anos. Antes da quarta avaliação serão definidos os quadros plurianuais de programação orçamental com o objetivo de atingir o equilíbrio de médio prazo.

As questões orçamentais de médio prazo deverão ter em conta as mudanças a nível europeu ao nível da governação económica em particular com a aprovação do “Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governação da União Económica e Monetária”. De entre as novas regras previstas no Tratado, devo salientar a Regra de Ouro que estipula que a situação orçamental das administrações públicas de cada país deve ser equilibrada ou excedentária (máximo de 0,5% do PIB para o défice orçamental estrutural). Assumem, também, particular importância as regras que impõem um máximo de 60% do PIB para o endividamento público e a sua diminuição a um ritmo predefinido para países que tenham ultrapassado este limite. É importante realçar que estas regras têm que ser transpostas para a ordem jurídica interna de cada país, sendo que esta obrigação está sujeita à verificação pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, mediante ação por parte de qualquer outro Estado-membro signatário.

A criação do Conselho de Finanças Públicas, que já se encontra em fase de operacionalização, trará uma alteração substancial da qualidade do debate nacional em torno da política orçamental e contribuirá para uma transparência das contas públicas que não existiu em Portugal durante as últimas décadas.

Condições de financiamento da economia

A questão do financiamento da economia, em particular do crédito, foi amplamente discutida no terceiro exame regular.

No que diz respeito ao crédito é importante clarificar o que está previsto no programa. Em primeiro lugar, é necessário reduzir significativamente os níveis de endividamento das empresas e das famílias e ao mesmo tempo os bancos deverão recorrer a fontes de financiamento mais estáveis, como depósitos bancários. Em segundo lugar, o processo de desalavancagem e de ajustamento do sector bancário deverá ser suficientemente flexível de forma a evitar comprometer a actividade económica.

A este respeito, nos meses mais recentes vários desenvolvimentos têm melhorado a situação do nosso sistema financeiro. Os bancos portugueses encontram-se mais capitalizados, mais transparentes e menos alavancados do que no início do Programa. Adicionalmente, no início de Dezembro passado, o BCE decidiu um conjunto de medidas que permitem melhorar significativamente as condições de liquidez dos bancos, o que possibilitará uma melhoria gradual das condições de financiamento da actividade económica em Portugal.

Ao mesmo tempo verificou-se uma melhoria sucessiva nas condições de financiamento do Tesouro português no mercado de Bilhetes de Tesouro (BTs). Para tal terá também contribuído o aumento da credibilidade do cumprimento do Programa por parte de Portugal. Com efeito, desde o início do ano corrente, têm sido colocados montantes de BTs cada vez mais elevados, por prazos cada vez mais longos e a taxas de rendibilidade têm vindo a diminuir. Com a possibilidade de emissão de BTs a 18 meses, poderemos continuar com o alargamento destes prazos dando assim passos importantes para o nosso regresso ao mercado em Setembro de 2013.

Nesta terceira avaliação ficou acordado o desenvolvimento de iniciativas envolvendo o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal no sentido de promover a diversificação das fontes de financiamento do sector empresarial.

O processo de recapitalização dos bancos será um dos aspectos importantes para a próxima avaliação. A Lei de recapitalização está aprovada e a portaria da recapitalização está em finalização. Esta legislação garante a protecção dos interesses dos contribuintes no processo de recapitalização e estará estritamente em linha com a legislação europeia nesta matéria. Adicionalmente, os bancos que beneficiem de ajuda pública deverão manter o financiamento apropriado à economia.

Ainda no campo do sistema financeiro, continuaremos a tomar as medidas necessárias para que a Caixa Geral de Depósitos cumpra plenamente com as condições de capital mais exigentes do exercício da Autoridade Bancária Europeia. Para o necessário aumento de capital o Estado disponibilizará recursos financeiros fora do fundo de recapitalização previsto no contexto do programa.

Agenda de transformação estrutural

A agenda de transformação estrutural tem avançado a um ritmo assinalável. As reformas incidem sobre o mercado de trabalho e do produto. As reformas permitirão aumentar a competitividade da economia, promovendo o crescimento e o emprego. Os ganhos económicos potenciais são muito significativos dada a importância dos obstáculos estruturais ao crescimento económico que estamos a remover.

Começando pelo mercado de trabalho, foram criadas condições para uma profunda reforma. É de salientar que as reformas foram aprovadas num contexto de diálogo social que é de enaltecer. As medidas acordadas permitem um aumento da flexibilidade, designadamente através da introdução do banco de horas e da redução dos custos por despedimento. O acordo promove ainda mecanismos de fixação de salários que tenham em conta as condições económicas. A redução do número de feriados e dias de férias deverá ter impacto positivo na produtividade. Estas alterações permitem uma maior adaptabilidade dos trabalhadores e uma reforçada mobilidade laboral entre os diferentes sectores. Com estas alterações as empresas poderão responder de forma mais flexível aos desafios e estarão criadas condições para o surgimento de novas empresas. A nossa atractividade como destino de investimento direto estrangeiro será certamente reforçada com estas alterações.

Estamos também a pôr em prática diversas medidas nos mercados de produtos. Em particular, alguns sectores de bens não-transacionáveis representam atualmente custos excessivos para a economia, reduzindo a competitividade dos outros sectores. Verificaram-se progressos nas áreas dos produtos farmacêuticos e das telecomunicações. Mas é necessário continuar a aprofundar estes esforços. Nesta terceira avaliação, fizeram-se progressos importantes no sector da eletricidade onde serão alteradas as condições que se aplicam à cogeração e à garantia de potência. Serão ainda negociados voluntariamente – com os operadores relevantes – alterações a contratos prevaletentes no sector. Por fim, para o futuro deveremos continuar os nossos esforços no sector dos serviços, onde existem ainda alguns entraves à concorrência e à mobilidade laboral que são geradores de custos para a economia.

O enquadramento da atividade empresarial tem sido continuamente melhorado com o objetivo de incentivar maiores níveis de investimento e inovação. A revisão da Lei da Concorrência, que foi já enviada para o Parlamento, reforçará a confiança dos agentes no pleno funcionamento do mercado. Está a ser reduzida a burocracia que recai sobre a atividade empresarial, por exemplo através da redução dos requisitos de licenciamento e outras formalidades legais. A Lei do Arrendamento foi também revista com o objetivo de promover uma maior mobilidade geográfica. Foram efetuados progressos assinaláveis na reforma do sistema judicial.

Por último, continuaremos a promover a abertura da economia. O programa de privatizações irá continuar a dar um importante contributo para a captação de investimento direto estrangeiro e para a abertura das nossas empresas aos desafios da concorrência internacional.

4. A importância de manter o esforço no cumprimento do Programa

O progresso atingido tem confirmado que o programa fornece uma estratégia apropriada para a eliminação dos desequilíbrios macroeconómicos e dos estrangulamentos estruturais da economia Portuguesa. O financiamento internacional associado Programa concede-nos tempo para proceder a um ajustamento rápido e controlado e ao mesmo tempo lançar as bases para um novo patamar de prosperidade no futuro. Adicionalmente, o cumprimento das obrigações que assumimos é essencial para garantir a solidariedade dos nossos parceiros internacionais que

constitui um mecanismo de seguro contra desenvolvimentos desfavoráveis imprevistos.

Muito obrigado.

